



Ano 4 | # 1 | edição semestral | junho de 2012

Revista editada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom

Gêneros jornalísticos no Brasil: estado da arte¹

Fábio Gonçalves Ferreira²

Resumo

Este estudo tem a proposta de apresentar historicamente os gêneros informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário na imprensa brasileira ao longo dos últimos 50 anos e seus desdobramentos, com vista a atender aos anseios de sistematização dos jornalistas e leitores. Foi feita uma pesquisa exploratória e descritiva, utilizando como objeto de estudo o livro *Gêneros Jornalísticos no Brasil*, do Grupo de São Bernardo do Campo (SP) e aportes em autores que o substanciaram desde Platão, na Grécia antiga aos contemporâneos José Marques de Melo, Manuel Carlos Chaparro, Lia Seixas, Lailton Costa e outros. Entre as principais considerações deste artigo, se destaca que o gênero opinativo está presente no Brasil desde o início da atividade jornalística com *Correio Braziliense* (1808) publicado em Londres para o consumo de leitores brasileiros. O gênero informativo decorre dele, mas com o passar dos tempos, houve a inversão de prioridade no consumo das notícias. A opinião ficou secundária. Os outros gêneros são decorrentes da necessidade de se explicar, orientar e conduzir o leitor com novas informações que tenham utilidade para o seu dia-a-dia e que sirvam, também, de entretenimento.

Palavras-chave: Comunicação; Jornalismo; Gêneros; Discurso; Tipologia e formatos

¹Trabalho apresentado como requisito de conclusão da disciplina *Gêneros Jornalísticos na Sociedade Midiática: Teoria e Metodologia* ministrada pelo Professor Doutor José Marques de Melo, no Programa de Pós-Graduação da UMESP (Universidade Metodista de São Bernardo do Campo, SP).

²Mestrando em Comunicação Social na UMESP de São Bernardo do Campo/SP. É especialista em Comunicação Corporativa pela UFPI (Universidade Federal do Piauí) É bolsista da CAPES.

Os gêneros em estudo: o começo na Grécia

Os gêneros jornalísticos começaram a ganhar espaço na academia e na imprensa graças aos esforços intelectuais de Jacques Kayser (França, 1953), nesta época trabalhando, também, no CIESPAL (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina). Kayser deu novo impulso ao estudo de gêneros entre 1960-1962. O conteúdo de suas pesquisas foi publicado no livro póstumo *El Periódico: estudios de morfología, de metodología y de prensa comparada* (1963).

Como sabemos, os gêneros surgiram há séculos, e tiveram origem na retórica. A primeira sistematização dos gêneros ocorreu com Platão e Aristóteles, seu discípulo, na Grécia antiga. Os gêneros refletiam sobre a identidade dos textos, portanto, deram as distinções entre poesia, prosa, tragédia, comédia e outros tipos de discursos.

Silveira (2005, p. 48) afirma: “O mais antigo estudo sobre os usos do discurso, verificando-se já, no sistema retórico, a preocupação explícita com os gêneros na atividade discursiva”. Entre os elementos do discurso, Aristóteles que mais tempo se dedicou a sistematização dos gêneros discursivos, no período grego, baseou no ouvinte um dos principais elementos.

O ouvinte é, necessariamente, expectador ou juiz; se exerce as funções de juiz, terá de se pronunciar ou sobre o passado ou sobre o futuro. Aquele que tem de decidir sobre o futuro é, por exemplo, o membro da Assembleia; o que tem de decidir sobre o passado é, por exemplo, o juiz propriamente dito. Aquele que só tem que se pronunciar sobre a faculdade oratória é o expectador (ARISTÓTELES, s.d., p. 39).

Aristóteles classifica os gêneros da retórica em: *Gênero deliberativo* (voltado para o futuro, em que assembléia aconselha ou desaconselha com base em valores como útil ou prejudicial); *Gênero Judiciário* (em que os juízes mantêm a intenção de defender ou de acusar fatos pretéritos, baseados em valores como o justo ou injusto); e *Gênero Demonstrativo* (em que o espectador elogia ou censura, baseado em valores como nobreza ou vileza dos fatos do presente).

Platão no livro clássico *República* (livros III e X) é quem tem preocupação primeira com os gêneros literários. Platão os classifica assim: *Tragédia ou comédia no teatro* (formaria a “poesia dramática” ou “mimética”, pois imitava homens em ação);

Ditirambo (ou poesia lírica, caracterizada pela subjetividade) e *Poesia épica* (de caráter híbrido e que se valia do diálogo direto e da narrativa), aponta SILVEIRA (2005, p.50).

Silveira (2005, p. 51) afirma que na Idade Média, surgem novos gêneros literários como a poesia lírica e alguns gêneros teatrais e o chamado romance de cavalaria, precursor do gênero conhecido como romance (consolidado a partir da segunda metade do século XVIII).

1.1. Bakhtin reforça o conceito

O teórico russo Mikhail Bakhtin dá novo conceito ao gênero e aplica nova forma. O estudo de Bakhtin é recebido como “verdadeiro marco referencial para a revitalização dos estudos do gênero nessas duas últimas décadas” (SILVEIRA, 2005, p. 61) e se tornaria um importante suporte teórico para as mais recentes tendências de pesquisas na área de abordagem *sócio-retórica* como também para as principais obras do campo jornalístico, isto é, do que seria chamado *gêneros jornalísticos*.

Bakhtin retoma Aristóteles para quem depende do modo que o emissor percebe e compreende seu destinatário e do modo que ele presume uma compreensão responsiva ativa. Para o autor, os gêneros (orais ou escritos) são

tipos relativamente estáveis de expressões lingüísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura. (BAKHTIN, 1997, p. 60).

O pesquisador e mestre em Ciências da Comunicação, Lailton Alves da Costa, ampliou o conceito. Para ele,

é um conjunto de parâmetros textuais selecionados em função de uma situação de interação e de expectativa dos agentes do fazer jornalístico, estruturado por um ou mais propósitos comunicativos que resulta em unidades textuais autônomas, relativamente estáveis, identificáveis no todo do processo social de transmissão de informações por meio de uma mídia/suporte (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010, p. 247)

Segundo José Marques de Melo, gênero também é

um conjunto das circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público. Um relato que, pela dinâmica própria do jornalismo, se vincula às especificidades regionais, mas incorpora contribuições dos intercâmbios transnacionais e interculturais. É a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura). (MARQUES DE MELO, 2003, p.64).

Se os gêneros, da retórica aos estudos dos textos em qualquer esfera humana, nasceram na Europa, é nesse continente que, no campo do jornalismo, os estudos sobre

gêneros textuais ganharam corpo nos anos 50 do século XX, com a sistematização decorrente da criação de disciplinas específicas na Universidade de Navarra, na Espanha, aos cuidados do professor José Luiz Martínez Albertos, explica SEIXAS (2009, p.2).

Considerado por Manuel Carlos Chaparro (1998, p.103) como o estudioso dos gêneros jornalísticos que de "forma mais criativa lida com o paradigma anglo-saxão", Albertos seria o idealizador da chamada 'teoria normativa do gênero jornalístico', um dos marcos da escola ou tradição espanhola.

A pesquisadora Sônia Parrat, no entanto, diverge e afirma que foi Jacques Kayser um dos primeiros estudiosos de alcance internacional a utilizar o conceito de "gênero jornalístico" (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010). Jacques Kayser categorizou em esquemas o conteúdo do jornal, daí a visibilidade maior de sua obra, assimilada pelo Grupo de São Bernardo.

Marques de Melo & Assis (2010) apontam ainda as contribuições posteriores de Jorge Fernández (Equador), Irena Tetelowska (Polônia), Luiz Beltrão (Brasil), Amália Dellamea (Argentina), Raul Rivadeneira Prada (Boliviano), Ana Francisca Aldunate e Abraham Santibáñez (Chile), Guillermina Baena (México) e Juan Gargurecivh (Perú) no reforço do estudo de gêneros.

Irena Tetelowska propõe que a “genética” da metodologia nasceu no Instituto da Imprensa Internacional, situado em Zuricj (Suíça), em 1952. Naquele primeiro estudo comparativo entre jornais publicados na Alemanha, Rússia e Estados Unidos, os autores A. Mintz (Rússia), W. G. Bluecher (Alemanha) e C. R. Bush (Estados Unidos) catalogara, em estudo comparativo a circulação de informações. Posteriormente a metodologia foi publicada na revista *Journalism Quartely* (1960).

Baseada nesse esforço e complementado pelo trabalho de Kayser, na França (1953-1963) e por Roger Clausse, na Bélgica (1963), Irena Tetelowska propõe sua própria classificação em três núcleos: *Informação pura*; *Gêneros informativos*; e *Gêneros publicísticos*.

No Brasil, os gêneros jornalísticos têm merecido estudos e pesquisas acadêmicas a partir da década de 1960, com a trilogia *Imprensa Informativa* (1969), *Jornalismo Interpretativo* (1976) e *Jornalismo Opinativo* (1980) publicadas por Luiz Beltrão. Seu seguidor, José Marques de Melo, notadamente com o livro *Jornalismo Opinativo*, derivada da tese de livre docência do autor em 1985, dá outra contribuição importante.

Melo também orientou vasta produção acadêmica nos cursos de Pós-Graduação resultando em trabalhos voltados à produção teórica sobre gêneros e criou o Grupo de São Bernardo.

O estudo de gêneros jornalísticos caiu no esquecimento por um período relativamente curto (cerca de 20 anos), desde aqueles livros e a retomada das pesquisas com a publicação de *Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo* (1992) e a pesquisa *Gêneros e formatos na Comunicação massiva periodística: um estudo do jornal Folha de São Paulo e revista Veja* proposta por integrantes do Grupo de São Bernardo do Campo.

Marques de Melo (2010, p. 107) se justifica sobre essa mobilidade que tirou o interesse repentino da academia pelos estudos: “Os gêneros jornalísticos não são estáticos. Ao contrário possuem tendência híbrida e dialética”.

2. Gêneros Informativo, Interpretativo e Opinativo

Ao serem estudados, inicialmente, os gêneros jornalísticos presentes na imprensa eram divididos em três: Informativo, Opinativo e Interpretativo. Em pesquisa realizada em 1966, que descortinou o horizonte brasileiro, José Marques de Melo, contemplava a imprensa diária e enfocava o *gênero informativo* com predominância nos jornais regionais; o *interpretativo* com a liderança no *Jornal do Brasil*, emergente no *Jornal do Comércio*, do Recife, e residual no *Correio da Paraíba*; e *opinativo* noutros diários e veículos regionais.

O Gênero Informativo é o “relato puro e simples de fatos pertencentes ao presente imediato ou ao passado que sejam socialmente significativos” (BELTRÃO, 1980, p.29) quando “a instituição jornalística assume o papel de observadora atenta da realidade, cabendo ao jornalista proceder como “vigia”, registrando os fatos, os acontecimentos e informando-os à sociedade” (MARQUES DE MELO, 2003, p.28).

Para Manuel Chaparro (1998, p. 79), “o jornalismo enquanto linguagem de relato e análise da atualidade realiza-se por um conjunto de técnicas desenvolvidas na experiência do fazer”. Por isso o contraste com Marques de Melo. Chaparro afirma ser uma “fraude teórica e moralista” a dissociação entre os gêneros Informativo e Opinativo. Marques de Melo assinala que cada processo jornalístico tem sua dimensão ideológica própria, independentemente do artifício narrativo utilizado.

O Gênero Opinativo surge com o próprio jornalismo brasileiro, sob a responsabilidade de Hipólito Costa, que editava em Londres, o *Correio Braziliense* (1º

de junho de 1808). “Os gêneros opinativos e os mecanismos usados pelos agentes sociais a ele ligados interferem na direção ideológica dos fluxos informativos” (MARQUES DE MELO, 2003, p.11) daí porque era interesse de Hipólito Costa defender as ideias liberais e a emancipação da colônia brasileira. Muito antes de Hipólito, os conselheiros do Fórum da Grécia Antiga tinham essa função, como formadores de opinião.

Um fato importante para a expansão do jornalismo informativo, no mundo, foi à abolição do selo (setembro de 1810), quando os mensageiros acabam por distribuir em grande quantidade a maior parte dos jornais.

A queda do preço do papel, obtido a partir da madeira, a melhoria constante das rotativas, a difusão da composição mecânica por linotipos depois de 1890, o progresso do telégrafo e do telefone, o desenvolvimento da agência Havas, tudo favorece o florescimento de um jornalismo de informação, mais ligado ao fato, com o *Petit Journal*, o *Petit Parisien* (1876), o *Matin* (1883), o *Journal* (1892), que assume o formato de seis colunas. A reportagem, a enquete, a entrevista substituem a crônica (FEYEL, 1993, p. 967 apud MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010).

Marques de Melo (2003, p.29) pontua que o gênero opinativo é uma reação diante das notícias, “difundindo opiniões, seja as opiniões próprias, seja as que lê, ouve ou vê”. Para ele, narrar os fatos e expressar as ideias segundo os padrões historicamente definidos como jornalismo informativo e jornalismo opinativo não alteram fundamentalmente o resultado do processo interativo que se estabelece entre a instituição jornalística e a coletividade que tem acesso ao universo temático e conteudístico manufaturado continuamente.

Para Marques de Melo & Assis (2010, p. 97), “os textos opinativos, em geral, se originam em algum acontecimento noticiado pelos textos informativos”. O reconhecimento da existência de duas categorias fundamentais no jornalismo “obtem o consenso dos profissionais e estudiosos da área, independentemente das concepções ideológicas que assumem ou do modo de produção econômica que caracteriza a sociedade respectiva” (MARQUES DE MELO, 2003, p.26).

O pesquisador Luiz Beltrão (1980) apresenta uma formulação mais sistemática: “Jornalismo é antes de tudo informação”. Para Beltrão, “informação, bem entendido, de fatos atuais, correntes que mereçam o interesse público...”. Mas adverte o autor: “Os fatos correntes expostos pelo jornalismo têm de ser devidamente interpretados, porquanto informação, orientação e direção são atributos essenciais do periodismo”.

Marques de Melo (2003, p.28) distingue os gêneros informativo e opinativo: “Ao lado do jornalismo informativo (que “assegura a informação ao povo”) e do jornalismo opinativo (que “tem procurado influenciar o homem”), temos, na descrição de Fraser Bond, duas outras categorias: o jornalismo interpretativo (que faz “a explanação das notícias”) e um jornalismo de entretenimento (que “comenta os aspectos pitorescos da vida cotidiana”)”.

Na medida em que informa e orienta, também contribui para enriquecer o acervo de conhecimentos da coletividade. Isso se efetiva por intermédio de informações que esclarecem o que está acontecendo e não é percebido claramente pelo público. Os fatos são, portanto esclarecidos, explicados, detalhados. Essa função corresponde ao jornalismo interpretativo (MARQUES DE MELO, 2003, p.29).

Marques de Melo define jornalismo interpretativo como "um modo de aprofundar a informação" com o fim principal de "relacionar a informação da atualidade com seu contexto temporal e espacial", tendo "um sentido conjuntural" não se limitando a "dar conta do que acontece, já que o jornalista interpreta o sentido dos acontecimentos" (DIAS et. al., 1998, p.8). Os formatos do gênero interpretativo apresentados por José Marques de Melo são *análise, perfil, enquête e cronologia*.

2.1. Revisão dos estudos amplia gêneros

Em nova revisão dos estudos de Marques de Melo aparecem gêneros complementares. Essa releitura se deu a inquietude do introdutor dos estudos de gêneros nas universidades brasileiras, como disciplina, e é justificada pelas transformações nos noticiários da imprensa. “Nunca deixei de considerar aquele retrato dos gêneros jornalísticos como espelho de uma conjuntura específica. Longe de considerá-lo como fonte duradora, sempre alertei para a natureza efêmera da classificação e dos conceitos enunciados” (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010, p. 26).

Com essa revisão e a retomada de estudos dos gêneros por outros autores, entre eles, Manuel Carlos Chaparro, em sua pesquisa pós-doutoral, Marques de Melo completa a lista de identificação dos gêneros, “identificando os cinco gêneros consagrados pela cultura jornalística brasileira: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário – cujas variantes estilísticas passaram a ser agrupadas em formatos, incorporando a terminologia usual dos estudos midiáticos [MCQUAIL, 1994], e subdivididos em tipos, espécies discursivas que exibem singularidades geoculturais ou traços corporativos” (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010, p. 27-28).

Além dos gêneros *informativo, opinativo e interpretativo*, aparecem os gêneros *utilitário* com os formatos *indicador, cotação, roteiro e serviço*, e o *diversional*, composto por *história de interesse humano* e *história colorida*. O gênero utilitário ou jornalismo de serviço tem o propósito de “orientar o leitor, seja para o consumo de bens simbólicos, para o lazer e a cidadania” (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010, p. 228).

Como exemplo, o jornal gaúcho *Zero Hora* fornece dados econômicos, sociais e culturais que servem de guia ao leitor para tomada de decisões diárias. Os indicadores são variações cambiais, índices do mercado econômico, condições climáticas, grade de programação cultural, entre outros.

O *jornalismo de serviço* não é um conceito novo, ao contrário, é familiar à redação, o novo tem sido a assimilação da velha fórmula às novas necessidades (DIEZHANDINO, 1994, p. 76). Baseando-se em Metzler, Diezhandino diz que o jornalismo de serviço é a resposta à muitas questões que preocupam as pessoas no dia a dia. A informação que as pessoas podem usar em suas vidas diárias. Significa maior atenção ao modo como as notícias afetarão pessoalmente os leitores, o que podem fazer frente a um problema, como preveni-lo ou resolvê-lo (Metzler, citado por Diezhandino, 1994, p.76).

Essas divisões de gêneros advêm “das especificidades do relato jornalístico e de sua aderência a um sistema que os diferencia por gêneros, formatos e tipos, determinados pelos antigos e novíssimos suportes” (MARQUES DE MELO & ASSIS, 2010, p. 23). Marques de Melo (2003, p.13) defende que “os gêneros jornalísticos sofrem influência direta da cultura em que se inserem, seja em local ou em tempo diferente”.

2.2. Formatos

Os Gêneros e Formatos, segundo classificação de José Marques de Melo e Francisco de Assis são:

GENEROS – FORMATOS

Jornalismo Informativo (**Formato:** Nota, Notícia, Reportagem e Entrevista)

Jornalismo Interpretativo (**Formato:** Dossiê, Perfil, Enquete e Cronologia)

Jornalismo Opinativo (**Formato:** Editorial, Comentário, Artigo, Resenha, Coluna, Crônica, Caricatura e Carta)

Jornalismo Diversional (**Formato:** História de interesse humano; História colorida)

Considerações finais

A natureza estável dos gêneros ficou evidenciada ao longo da história desde a Grécia antiga aos dias atuais. No princípio, o jornalismo brasileiro tinha o gênero opinativo como primordial e principal. Interessava a Hipólito Costa o convencimento de suas ideias liberais por meio de suas opiniões irradiadas através do *Correio Braziliense*. O jornalismo como fonte informativa, se consolidou com a necessidade da busca de informações de interesse do cidadão no dia-a-dia; daí a sua adequação funcional às diferentes esferas da atividade humana.

Interessava ao cidadão as informações de ordem econômica, social, científica, técnica, empresarial, coloquial (e outras) que pudessem lhe orientar, com a devida interpretação de linguagem, no dia-a-dia. Surgiram outras demandas de ordem informacional (vigilância sobre o meio ambiente); persuasiva (correlação das partes da sociedade em relação ao todo), educacional (transmissão da herança social de uma geração a outra), diversional (ocupação do tempo livre resultante da redução da jornada de trabalho coletiva) e operacional (tomada de decisões na sociedade de consumo, agilizadas pela disponibilidade de dados difundidos como serviço coletivo).

Viu-se, também, que como estáveis os gêneros estão sujeitos a constantes mudanças para atender ao interesse dos consumidores e produtores de notícias.

Referências

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: percursos e gêneros do Jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo, 1998.
- DIEZHANDINO, Maria Pilar. **Periodismo de Servicio**: La utilidad como complemento informativo en Time, Newsweek y U.S. News and World Report, y unos apuntes del caso español. Barcelona: Bosch Comunicación, 1994. 214p
- DIAS, P. R. et al. **Gêneros e formatos na comunicação massiva periodística**: um estudo do jornal "Folha de S. Paulo" e da revista "Veja". In Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, PE: Intercom, 1988.
- MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.
- MARQUES DE MELO, José & ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: UESP, 2010.
- SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos**: Proposta de novos critérios de classificação. São Paulo: LabCom Books, 2009.
- SILVEIRA, Maria Inez Matoso. **Análise de Gênero Textual**: concepção sócio-retórica. Maceió: Edufal, 2005.